

Jornalismo e Saúde Mental: uma reflexão sobre Mediações, Estigmas e Responsabilidade Social¹

Eduardo Fernandes da Silva²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

O presente estudo analisa a importância do Jornalismo na mediação discursiva sobre a Saúde Mental. Tal reflexão contribui para a conscientização e discussão pública através da comunicação sobre a representação, a construção e a disseminação de narrativas que afetam a maneira como entendemos e reagimos a esta pauta e às problemáticas globais as quais ela infere. Para isso, foi adotado o método qualitativo e exploratório, com procedimentos bibliográficos fundamentados em conceitos da literatura acerca da Comunicação e Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, Saúde mental, Jornalismo, Estigmas, Representações.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação desempenham um papel crucial na sociedade contemporânea ao disseminar representações do mundo. Nossa interação pode ser mediada por informações e imagens produzidas e distribuídas em larga escala, o que faz com que nossas percepções se misturem entre o que vivenciamos diretamente e o mundo que conhecemos através das mais diversas mídias de transmissão em massa, como as redes sociais, a TV, a internet, as revistas e os jornais. Nesse contexto, é essencial considerar o acesso a informações sobre eventos que vivenciamos pessoalmente e o compartilhamento de referências entre indivíduos desconhecidos, mas que acessam os mesmos conteúdos midiáticos, são elementos centrais da experiência social atual.

Notavelmente, o jornalismo, exerce um papel significativo na formação de opinião, moldando as percepções e as atitudes das pessoas em relação a uma ampla gama de questões. Dado que a saúde mental é um aspecto cada vez mais relevante da vida humana dentro do contexto mundial e que os problemas que a envolve afetam um número crescente de pessoas, é fundamental analisar como o jornalismo tem abordado este tema.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos da Comunicação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Email: fernandessedu@gmail.com

É necessário, portanto, questionar como e que tipo de conhecimento sobre saúde mental é transmitido, até que ponto esse conhecimento pode favorecer, ou não, as representações estigmatizantes dos indivíduos com transtornos mentais e como essas representações são recebidas e disseminadas pela sociedade. Ao tratar de saúde mental, o jornalismo não apenas informa, mas atua, também, na mediação da informação, contribuindo para o acesso da população a dois direitos essenciais: à informação e à saúde pública assegurados pela Constituição Federal de 1988 BRASIL. [Constituição (1988)].

A responsabilidade da mídia é particularmente significativa nesse contexto, considerando, portanto, “Comunicação e Saúde um campo articulado e em constante transformação” (Sadala, 2008). Ao mesmo passo, é fundamental investigar que tipo de conhecimento sobre doenças mentais e bem-estar mental é veiculado pelos meios de comunicação, avaliar em que medida esse conhecimento pode perpetuar estigmas em relação aos indivíduos com transtornos mentais, e analisar como essas representações se conectam com os discursos estabelecidos no debate público. Aqui, entendemos que o jornalista desempenha papéis de transmissor, mediador, criador e divulgador, tendo uma função importante na conexão entre saúde e comunicação

UM OLHAR REFLEXIVO PARA OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL: UMA PAUTA NECESSÁRIA

Na conjuntura histórica, a saúde é um tema que sempre despertou o interesse dos periódicos jornalísticos. Segundo Brzozowski e Caponi (2017, p. 962) “a mídia tem um papel importante na divulgação de informações sobre variados temas, inclusive temas da saúde”. As pesquisadoras destacam que as informações divulgadas pela imprensa são uma das principais maneiras de manter a sociedade civil informada e salientam que os meios de comunicação têm uma grande influência sobre a população. Para Tabakman (2013), o interesse do público por temas médicos, já popular antes da difusão global da internet comercial, é natural a partir do crescimento das possibilidades de acesso à informação de saúde e da ampliação da noção de autocuidado, em que cada pessoa é também responsável por sua saúde e bem-estar.

No contexto contemporâneo, a saúde pública ganhou uma nova dimensão de importância no jornalismo. Kuscinski (2000) vê o jornalismo como um componente crucial das políticas e campanhas de saúde no Brasil, ao repercuti-las e debatê-las. No

passo de transformações históricas das práticas institucionais, as chamadas tecnologias de comunicação e informação (TIC's) criam condições de circulação intensiva de informação, de produção de fatos, de marcação do tempo, do cotidiano, e, portanto, dos modos de sociabilidade (Machado, 2003), bem como suscita desejos e necessidades que assinalam a produção da subjetividade na cultura contemporânea (Kehl, 2004).

A saúde mental é atualmente considerada uma das principais pautas de saúde pública discutidas no jornalismo brasileiro. Campanhas como Setembro Amarelo, focada na prevenção do suicídio, e Janeiro Branco, que promove a atenção ao bem-estar psicológico, são cada vez mais destacadas na mídia. Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, representado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), reconhecendo a importância do jornalismo na promoção de discussões sobre saúde mental, lançou, em 2009, um Manual de Imprensa. Este documento não apenas destaca o papel essencial da mídia, mas também orienta os profissionais do setor na elaboração de conteúdos sobre transtornos mentais.

Segundo Araújo e Cardoso (2007), a mídia é de grande importância para a conformação do imaginário moderno, de forma que, tendo o poder de realizar leituras da realidade, trata-se de local de articulação social. Portanto, os discursos midiáticos integram a legitimação ou não de políticas públicas inclusive às destinadas à saúde mental coletiva. A comunicação, enquanto um processo relacional, não se limita a representar a realidade, mas também organiza nossas ações de acordo com estratégias culturais específicas (Motta, 2007).

A DESCONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS ESTIGMATIZANTES

De acordo com Bacega (1998), o estereótipo se manifesta com base em juízos de valor pré-concebidos, incorporando uma carga subjetiva significativa. Esses estereótipos incluem elementos emocionais, valorativos e volitivos que influenciam o comportamento humano e moldam sentidos coletivos sobre determinados indivíduos.

Assim, é através da interação cultural e da construção de narrativas que valores e significados são criados, formando perspectivas e, muitas vezes, ameaçando a existência de pessoas. Nesse contexto, o papel dos meios de comunicação não pode ser negligenciado. Ao destacar certas concepções e invisibilizar outras, as narrativas midiáticas não apenas constroem realidades, mas também definem o que está na ordem e

o que está à margem. Segundo Krüger (2004), os estereótipos podem ser definidos como "[...] crenças coletivamente compartilhadas sobre algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios." Marcos E. Pereira (2002, p. 157) caracteriza os estereótipos da seguinte maneira:

[...] artefatos humanos socialmente construídos, transmitidos de geração em geração, não apenas através de contatos diretos entre os diversos agentes sociais, mas também criados e reforçados pelos meios de comunicação, que são capazes de alterar as impressões sobre os grupos em vários sentidos.

Tais artefatos podem ser destacados para o contexto sociocultural que está ligado à área da Sociologia em que Émile Durkheim foi um dos pioneiros a tratar desse olhar para o coletivo. Para ele, tais fundamentações partem de hábitos mentais chamados por ele de “fato social”. Para Hall (apud Moraes, 2019, p. 167), a cultura “[...] tem produzido novas subjetividades e novas formas de ser, estar e entender o mundo” e, a partir deste pensamento, pode-se observar uma crescente necessidade de interação entre os indivíduos.

Ansiedade, depressão, burnout, distúrbios alimentares e de sono, síndrome do pânico, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), consumo de substâncias, autismo, mal de Alzheimer e suicídio têm sido discutidos mais abertamente na imprensa, nas redes sociais, nas organizações de trabalho, nas famílias e entre amigos, especialmente após a crise do coronavírus, que aumentou o número de pessoas afetadas por problemas de saúde mental e os registros de suicídios. Embora haja um avanço na conscientização sobre esses temas, a forma como as pessoas afetadas são retratadas, os canais de apoio disponíveis e a abordagem de jornalistas, criadores de conteúdo e usuários de redes sociais ainda podem ser inadequados.

Na concepção dos pesquisadores Barboza e Feldens (2016), a construção da mídia é um dos mecanismos discursivos que promovem a vinculação do âmbito da doença mental no campo social. Essa vinculação não é realizada sob uma perspectiva isenta e leviana, mas estabelecida em meios de poderio. As denominações psicopatológicas encontram-se em constantes mudanças históricas e educacionais, assim como os veículos de comunicação que são encarregados de fazer essa transferência para a esfera pública. De acordo com Machado (2004), as representações sociais são formadas pelos sentimentos, opiniões e posicionamentos expressos pelos meios de comunicação, influenciando assim a forma como os indivíduos assimilam ou rejeitam a informação apresentada. Aqueles que concordam com a perspectiva discutida reforçam seus

conceitos, ampliam seu repertório com novas referências e incorporam conhecimentos adicionais sobre o tema. Por outro lado, os que discordam da informação tendem a negar e a debater o assunto, consolidando suas crenças e suas opiniões. A forma como essas opiniões são refletidas ocorre tanto de maneira individual quanto coletiva, conforme salientado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da saúde mental no jornalismo brasileiro transita entre avanços significativos e limitações persistentes. O principal desafio reside em romper com a lógica da espetacularização — que transforma o sofrimento em produto midiático — sem cair no apagamento do tema. Para isso, é fundamental que a imprensa construa narrativas que aliem responsabilidade ética, escuta sensível e compromisso informativo. Em um cenário de crescente sofrimento psíquico no país, o jornalismo precisa atuar como mediador social, contribuindo para a promoção da saúde integral e para a desnaturalização dos estigmas que historicamente cercam os transtornos mentais.

A pesquisa evidencia uma crescente valorização do tema nas redações, com maior diversidade de fontes e abordagens mais técnicas. No entanto, ainda predominam discursos patologizantes ou simplificadores que ignoram os determinantes sociais do sofrimento. Tal reducionismo compromete a qualidade informacional e reforça processos de exclusão simbólica. Torna-se, portanto, urgente a implementação de práticas jornalísticas que incorporem protocolos de cobertura responsável, capacitações interdisciplinares e aproximação com profissionais da saúde mental.

Nesse contexto, o jornalismo pode assumir um papel ativo na construção de uma cultura de cuidado, desde que abandone estereótipos e abrace a complexidade do tema. Como destaca bell hooks (1994), narrar experiências de dor com respeito e profundidade pode ser um gesto político, de resistência e pertencimento. Ao informar com empatia, o jornalismo não apenas amplia o debate público sobre saúde mental, mas também fortalece redes de apoio e contribui para a transformação de imaginários sociais. Mais do que uma pauta circunstancial, a saúde mental deve ser incorporada como eixo estruturante do jornalismo comprometido com os direitos humanos e com a dignidade da vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BARBOZA, R; FELDENS, D. **Educação para a mídia e psicopatologia**: um diálogo possível. Estudos Contemporâneos da Subjetividade, vol 6, num 2. 2016.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf.; CAPONI, Sandra. **Representações da mídia escrita/digital para o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade no Brasil** (2010 a 2014). In: Physis vol. 27, n.4, Rio de Janeiro, out/dez. 2017. p. 959-980

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KEHL, M.R; BUCCI, E. (2004). **Viodelogias**. São Paulo: Boitempo.

Krüger, H. (2004). **Cognição, estereótipos e preconceitos sociais**. Em: Lima, M.O. e Pereira, M.E. *Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. Brasil: EDUFBA.

MACHADO, A **Reforma psiquiátrica e mídia**: representações sociais na Folha de S. Paulo. Ciênc. Saúde coletiva vol 9, 2004.

Motta, L. G. (2007). “**Análise pragmática da narrativa jornalística**”. In: Lago, C.; Benetti, M. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Pereira, M.E. (2002). **Psicologia Social dos Estereótipos**. Brasil: EPU.

SADALA, Maria Lucia. **Comunicação e saúde**. Cad. Saúde Pública [online]. 2008, vol.24, n.5, pp.1195-1197. ISSN 1678-4464.

TABAKMAN, Rosana. **A saúde na mídia**: medicina para jornalistas, jornalismo para médicos. Tradução de Lizandra Magon de Almeida. São Paulo: Summus Editorial, 2013. 221p.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Psiquiatria. **Manual para a imprensa**: boas práticas de comunicação e guia com recomendações para um texto claro e esclarecedor sobre doenças mentais e psiquiatria. Rio de Janeiro: ABP, 2009.